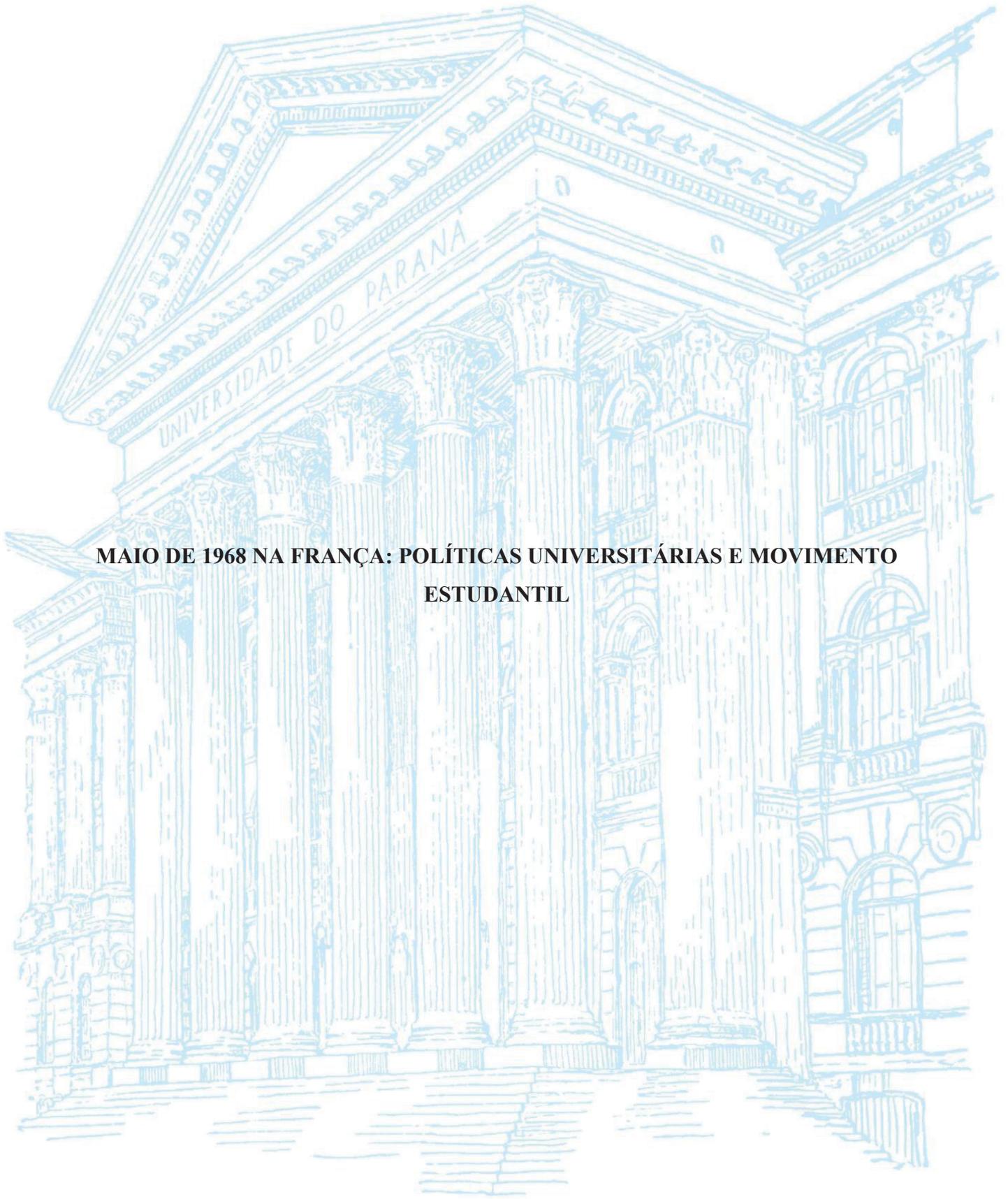


JESSICA CABRAL



**MAIO DE 1968 NA FRANÇA: POLÍTICAS UNIVERSITÁRIAS E MOVIMENTO
ESTUDANTIL**

CURITIBA
2019

JESSICA CABRAL

**MAIO DE 1968 NA FRANÇA: POLÍTICAS UNIVERSITÁRIAS E MOVIMENTO
ESTUDANTIL**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza

CURITIBA

2019

que se eleve a cultura

do povo!

Uma só, para todos.

O livro bom é claro

e necessário

a vós,

a mim,

ao camponês

e ao operário.

(MAIAKOVSKI, Vladimir.

Incompreensível para as massas, 1927.

Trad. Augusto e Haroldo de Campos)

RESUMO

O presente trabalho busca traçar um panorama histórico e sociológico sobre como se dava a organização do sistema de ensino superior francês e das propostas de sua reestruturação desde seus primórdios através de uma reflexão embasada na bibliografia existente sobre o tema. O foco principal se dá especificamente às intervenções do Estado na universidade francesa no período conhecido como Maio de 1968 e sua relação com a comunidade estudantil. Também é problematizada a questão de como se tornou possível tal evento influenciar a sociedade como um todo a ponto de tal problema atravessar os mais diversos campos da sociedade francesa (campo universitário, campo político, campo econômico etc.). Por fim, o trabalho busca também pensar as alterações propostas nas políticas universitárias e fazer um balanço sobre esse acontecimento político e social na segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Maio de 1968; Universidade; França; Quinta República; Movimentos Sociais; Movimento Estudantil; Políticas Universitárias.

ABSTRACT

Based on a historical and sociological perspective, this article examines the organization of the French higher education system and the proposals for its restructuring since its modern origins. Our main concerns are understanding the state intervention at the French University during the May 1968 and the role of the student movement in France, based on a bibliographical review. We propose an analysis how that event influenced the whole society, in a way it crossed many diverse fields – for example, the university field, the political field, the intellectual field, the economical field etc. By analyzing the meanings of such a flow, we attempt to elucidate the project of university reform, making an evaluation about the impact of that political and social event in the second half of the twentieth century.

Keywords: May 1968; University; France; Fifth Republic; Social Movements; Student Movement; University Policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
I. O SISTEMA DE ENSINO FRANCÊS: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA SINGULARIDADE DA “UNIVERSIDADE FRANCESA”	9
A emergência de Paris como uma capital do conhecimento durante o Antigo Regime .9	
O período pós-Revolução Francesa	10
A criação da moderna universidade francesa	12
O ensino superior no século XX sob uma perspectiva global	15
II. O MAIO DE 1968 SOB O PRISMA DA MOVIMENTAÇÃO ESTUDANTIL: O DESENNOLAR DAS DISPUTAS ORIGINADAS NO CAMPO UNIVERSITÁRIO ...	17
Realidades político-econômicas <i>versus</i> universidades	17
O alvorecer de um levante	18
O movimento contestatório estudantil	20
A intensificação das manifestações e seus desdobramentos imediatos	21
O arrefecimento dos movimentos e seu impacto social e universitário	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
LEGISLAÇÕES	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, protestos mobilizaram jovens quase cotidianamente ao longo de 1968, mas em nenhum deles as manifestações tiveram a dimensão das que ocorreram em maio, na França. O que havia começado como uma banal reivindicação em uma universidade no subúrbio de Paris, Nanterre, sobre o direito de moças e rapazes partilharem os mesmos alojamentos estudantis, se transformou ao longo do mês numa quase revolução, com 10 milhões de operários em greve, a cidade sitiada, barricadas no Quartier Latin e o poder em xeque (ZAPPA, R; SOTTO, E, 2018, p. 15).

Assim definiram Regina Zappa e Ernesto Sotto o estopim para o início do que viria a ser um marco na história da segunda metade do século XX – o Maio de 1968. Na França, os estudantes se voltaram contra as proibições, exigiam democracia nas universidades e forçavam mudanças nos costumes.

Como numa “combustão espontânea”, como classificaria o escritor Mark Kurlanky em seu livro *1968: o ano que abalou o mundo*, acontecia por toda parte, embora de formas diversas. Direitos humanos, feminismo, ecologia, meio ambiente e igualdade de direitos se mostravam valores defendidos por uma geração que foi à luta por seus ideais do que seria um “mundo melhor e mais justo”. Foi um ano singular, de grande turbulência e ativismo. Muitas das bandeiras que eram levantadas naquela época mantiveram-se mobilizando e norteando o pensamento crítico daqueles que creem ser fundamental a consolidação das reivindicações sociais que foram propostas. Muito do que ali foi suscitado, ainda se faz presente em debates e “sensibiliza as consciências que insistem no avanço do processo civilizatório” (ZAPPA, R; SOTTO, E, 2018, p. 9).

Muito se falou nos últimos cinquenta anos sobre o fatídico ano de 1968, mas principalmente sobre seus impactos culturais e morais na sociedade ocidental contemporânea. Nosso objetivo aqui é outro. Para o desenvolvimento deste trabalho, estabelecemos um rol de perguntas norteadoras que nos permitissem analisar o acontecimento social do Maio de 1968 em relação ao sistema universitário francês e aos intelectuais franceses. Em primeiro lugar, nossos objetivos consistiram em buscar compreender em que medida houve uma reação por parte dos intelectuais e estudantes universitários durante o Maio de 1968 às políticas educacionais do governo de De Gaulle. Após isso, nos focamos em pensar a articulação que ocorreu entre as insurgências/reivindicações intelectuais e a luta dos trabalhadores/operários franceses, bem como, comparar as principais diferenças das políticas universitárias antes e depois do Maio de 1968. Por fim, buscamos fazer um balanço e propor uma discussão sobre o papel da Universidade nesse momento histórico e traçar hipóteses sobre sua relação com esse

período de contestação e os impactos desses acontecimentos nela e na sociedade francesa contemporânea.

Na primeira parte deste trabalho privilegiaremos a abordagem de um panorama histórico sobre a configuração do sistema de ensino francês e suas transformações, pensando suas particularidades específicas até chegar em nosso assunto principal: a relação entre a universidade e os acontecimentos de Maio de 1968. Na segunda parte, sob o prisma da articulação da luta dentro do campo universitário francês, empreenderemos uma discussão sobre como e quais foram as políticas universitárias daquele contexto, visto que o movimento estudantil que eclodiu à época se caracterizou como um dos mais significativos da segunda metade do século XX.

I. O SISTEMA DE ENSINO FRANCÊS: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA SINGULARIDADE DA “UNIVERSIDADE FRANCESA”

Paradigmático, “o ano de 1968 ilustra um momento (efêmero e/ou duradouro) de criatividade, de subversão e de ruptura no campo das ideias e do conhecimento” (SILVA, 2014, p. 11). Para que se compreenda a especificidade de nosso objeto é necessário, antes de tudo, um esforço de contextualização sobre suas particularidades, ou seja, a história da universidade francesa enquanto espaço de produção e circulação do conhecimento.

Laurent Schwartz em sua obra *Para Salvar a Universidade*, faz um balanço sobre a organização do sistema de ensino superior na França e emite suas opiniões sobre as propostas legislativas em relação a ela na década de 1980. Segundo o autor, da criação do *Collège de France* por Francisco I (1529) à criação da primeira grande escola - *École de Ponts-et-chaussées*, em 1775, foi efetivamente fora da Universidade, confinada na escolástica, que se criaram instituições capazes de integrar os movimentos de ideias do tempo, quer se trate da Renascença, da Reforma ou das Luzes. A Revolução Francesa não fez mais do que acentuar essa tendência (principalmente criando a Escola Politécnica e a Escola Normal Superior, e foi preciso esperar Napoleão para que fosse organizada uma Universidade unificada e centralizada (1984, p.18). Nesse sentido, buscamos na sequência delimitar parte dessas mudanças e expor as complexidades e singularidades do cenário universitário e intelectual francês desde seus primórdios.

A emergência de Paris como uma capital do conhecimento durante o Antigo Regime

Paris, a partir do final do século XVII consistia no que o historiador britânico Peter Burke (2003, p. 65) definiu como um “centro de informação política”. As embaixadas turca, persa, marroquina e siamesa na França da época do governo de Luís XIV servem para lembrar que o intercâmbio diplomático não se limitava à Europa. Durante o século XVII, a crescente centralização do Estado francês foi fortemente acompanhada de um aumento do fluxo de informações para Paris.

A capital parisiense era, também, um centro de informação culta, que se reunia e promovia debates em instituições oficiais, como a Biblioteca Real, o Jardim Real, e a Academia de Ciências, o Observatório e a Academia de Inscrições. Era também um centro de sociedades ou academias não oficiais. Os estudiosos humanistas se encontravam nesses

espaços e nos salões literários que promoviam encontros e discussões. Filósofos naturais, incluindo Descartes, Pascal e Gassendi, se encontravam no convento de Marin Marseenne, próximo da Place Royale (atualmente conhecida como Place des Vosges), em meados do século XVII (BURKE, 2003, p. 65)

Ainda no período que compreende o chamado Antigo Regime, ocorreram importantes mudanças dentro do sistema de conhecimento acadêmico entre o Renascimento e o Iluminismo, tendências à “redefinição do conhecimento” bem como à “reformulação das instituições” (BURKE, 2003, p. 91). Entretanto, é após a Revolução Francesa, que eclodiu em 1789, que o sistema de ensino francês começara a passar por mudanças igualmente “revolucionárias”, o que oportunizará a criação da moderna universidade francesa.

O período pós-Revolução Francesa

Iniciada em 1789, a Revolução Francesa foi um acontecimento que modificou profundamente as estruturas sociais da época. A partir dela, uma nova configuração política fora estabelecida, simultaneamente a uma série de ações que visavam obliterar quaisquer resquícios do “Antigo Regime” na França. Assim, instituições foram suprimidas, símbolos e monumentos de outrora destruídos, livros e documentos incinerados em nome de uma ruptura radical com o passado que se exprimiria inclusive na constituição de um novo calendário, cujo marco inaugural seria a proclamação da república francesa (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012, p. 17).

No que concerne à instrução pública, a situação não fora distinta. Se durante o Antigo Regime a educação havia sido controlada quase que exclusivamente por congregações religiosas subordinadas à igreja católica (GODECHOT, 1951, p. 383), no período revolucionário ela fora completamente transformada e remodelada. Émile Durkheim (1995, p.275) observa que os revolucionários proclamaram, desde o início, a urgência de construir um sistema de ensino inteiramente novo em consonância com os anseios políticos atrelados ao projeto nacional em desenvolvimento.

Em outubro de 1791, quando a Assembleia Legislativa instaurou, na França, um Comitê de Instrução Pública encarregado de empregar racionalidade nas agendas reformistas, as primeiras ações visando tais objetivos começaram a ganhar contorno. No conjunto das discussões iniciais, o ensino primário foi o principal alvo. Em 29 *frimaire an II* (no calendário atual, 19 de dezembro de 1793), a Assembleia Legislativa aprovou uma lei

que o tornava obrigatório e gratuito por todo o território francês, no entanto, uma característica demasiadamente controversa havia sido estabelecida: o ensino primário seria livre, o que na prática significaria que qualquer pessoa – à exceção dos ministros de cultos, dos antigos religiosos e dos membros da nobreza – poderia abrir uma escola sob a condição de obter autorização das administrações municipais, de fornecer um certificado de civismo, bem como de seguir os planos de estudos estabelecidos, os quais previam o desenvolvimento da escrita e da leitura, o ensino das primeiras lições de aritmética e o respeito aos preceitos nacionais. As principais mudanças estruturais foram propostas na lei de 27 *brumaire an III* (17 de novembro de 1794), a qual, além de conservar as instituições livres, restringia o estabelecimento de uma escola pública para cada mil habitantes, dividindo-a em duas seções: uma para as meninas e a outra para os meninos. No entanto, assim como a precedente, esta lei também fracassou, sobretudo por causa da imensa dificuldade em se agrupar várias cidades ao redor de apenas uma instituição pública, fazendo com que as crianças percorressem enormes distâncias a fim de assistirem regularmente suas aulas (GODECHOT, 1951, p. 387).

Ao final do regime da Convenção Nacional (1792-1795), mais uma organização do sistema de ensino fora elaborada pelo Comitê de Instrução Pública e aprovada posteriormente pela Assembleia Legislativa através da lei de 3 *brumaire an IV* (25 de outubro de 1795). Nesta nova configuração, cuja maior parte havia sido proposta por Pierre Daunou, o ensino primário cessava de ser obrigatório e gratuito a toda população. Em contrapartida, o ensino secundário permanecia dividido entre o poder público e as instituições livres, todavia, a novidade recaía sobre a modificação e, por conseguinte, a instalação de um estabelecimento que havia sido concebido em 1792: as chamadas “escolas centrais” (*écoles centrales*). De acordo com Émile Durkheim (1995, p. 280), essas instituições formariam a base de uma estrutura completamente inovadora para a época, ou seja, a primeira experiência francesa de um ensino secundário inteiramente laico, pautado principalmente, embora não exclusivamente, no ensino e no aprendizado das ciências e da natureza. Em razão disso, faz-se importante assinalar como os conteúdos eram distribuídos nessa nova estrutura.

O ensino nas escolas centrais era dividido em três ciclos. Em todos os níveis, o modelo adotado seguia uma perspectiva enciclopédica dos conteúdos, a qual pretendia formar, ao mesmo tempo, um espírito de observação e de experimentação (PROST, 1968, p. 55).

Se compararmos esta estrutura com a atual configuração do ensino secundário brasileiro, é possível notar que ela tinha características bastante particulares em relação ao nosso modelo. A primeira delas era a inexistência de classes tal como existem na maior parte das escolas contemporâneas, uma vez que o princípio de liberdade adotado pelos revolucionários estabelecia que os cursos a serem seguidos nos ciclos correspondentes ficariam a cargo da escolha individual dos estudantes e de seus pais. A segunda característica era a ausência de programas que definissem as diretrizes básicas comuns de cada disciplina, ficando a critério das predileções de cada professor a sua formulação. Nota-se, portanto, que as escolas centrais operavam, ao mesmo tempo, uma transformação na estrutura pedagógica, nas matérias ensinadas, bem como na organização geral, sendo a ruptura com o ensino das humanidades clássicas – isto é, as áreas mais consolidadas na educação do Antigo Regime – uma das mudanças mais radicais (MAYEUR, 2004, p. 57).

Quanto ao ensino superior, nosso foco nesta monografia, embora a revolução houvesse suprimido as antigas universidades em 1793, uma nova instituição fora concebida para se tornar o último grau de instrução na França: as chamadas “escolas especiais” (*écoles spéciales*). Entre os anos de 1793 e 1795, diversos estabelecimentos foram criados ou remodelados nesta nova configuração: o antigo Jardim do Rei (*Jardin du Roi*) fora convertido no Museu de História Natural (*Muséum d'Histoire Naturelle*), instituição voltada para o ensino de ciências; criou-se a Escola Central dos Trabalhos Públicos (*École Centrale des Travaux Publics*), cuja função seria a de formar engenheiros militares; no âmbito da Biblioteca Nacional, organizou-se um curso de línguas orientais vivas, precursor da Escola Nacional de Línguas Orientais Vivas (*École Nationale des Langues Orientales Vivantes*); entre outros exemplos (GODECHOT, 1951, p. 391). Eram instituições que capacitavam os futuros funcionários do Estado.

A criação da moderna universidade francesa

O projeto revolucionário para a educação durou por aproximadamente oito anos – isto é, do regime da Convenção Nacional ao regime do Diretório. Quando se concretizou o golpe aplicado por Napoleão Bonaparte em 18 *brumaire an VIII* (9 de novembro de 1799), o qual culminaria na instalação do regime do Consulado (1799-1804), uma onda de rechaço a várias reformas realizadas outrora começaram a ocorrer com demasiada intensificação. Assim sendo, tal como assevera Fritz Ringer (1992, p. 40), entre os anos de 1802 e 1808 as

autoridades consulares – posteriormente, autoridades imperiais – intentaram promover, novamente, uma organização definitiva do sistema educacional francês a fim de conter, nesta ocasião, as políticas articuladas pelo regime precedente e, ao mesmo tempo, de estabelecer uma reaproximação com o papado, haja vista que em 1794 ocorrera a sua ruptura com o estado. Almejava-se, em síntese, articular uma racionalização administrativa do ensino, centralizando-o quase que completamente sob o controle estatal francês, sem romper totalmente com a igreja católica.

Uma das primeiras medidas efetuadas pelo novo governo seria a promulgação da “Lei geral sobre a Instrução Pública” em 11 *floréal an X* (1 de maio de 1802), que fora arquitetada pelo erudito Antoine François de Fourcroy (1755-1809), o qual esteve à frente de várias discussões relativas ao tema desde o início do período revolucionário. Entre outros aspectos, estabelecia-se a partir dela que o ensino francês abarcaria três níveis, isto é, o primário, o secundário e o especial, dispersos em quatro categorias de estabelecimentos, a saber, nas escolas primárias, nas escolas secundárias, nos liceus (*lycées*) – que substituiriam paulatinamente as escolas centrais criadas anteriormente, adotando um programa relativamente mais próximo ao dos antigos colégios clericais – e nas escolas especiais.

A partir desse dispositivo legal, o sistema educacional ficava completamente subjugado ao poder público: os professores primários passariam a ser escolhidos diretamente pelos conselhos municipais; os subprefeitos ficariam encarregados da organização das escolas primárias; nenhuma instituição secundária poderia ser estabelecida sem a autorização do governo, incluindo as particulares ou comunais, que ficariam submetidas a constantes fiscalizações dos prefeitos; os liceus e as escolas especiais seriam mantidas através do tesouro público; e assim por diante (FRANÇA, 1802). Em suma, a edificação de uma rede restrita de estabelecimentos educacionais visava assegurar, antes de tudo, o controle estatal sobre a instrução e, por conseguinte, a formação das futuras elites políticas, administrativas, militares e civis do país (SAVOIE, 2013).

Com a ascensão desses estabelecimentos, a ausência de garantia no fornecimento de um ensino de alta qualidade tornou-se uma preocupação de importância primordial para o governo francês. De acordo com Antoine Prost (1968, p. 25), esses elementos inquietaram as autoridades públicas que, por seu turno, temiam a desestabilização política e a desunião moral da nação, uma vez que o país havia acabado de passar por um processo revolucionário que modificara profundamente as suas estruturas político-sociais. É no cerne desta conjuntura que foi engendrado, em reação às demandas supracitadas, um corpo coeso

encarregado da administração de todo o sistema de ensino pelo território francês, a saber: a Universidade Imperial.

Criada através da lei de 10 de maio de 1806, a Universidade Imperial, ao contrário da acepção atual do termo, isto é, uma instituição pautada nos pilares do ensino e da pesquisa, podia ser definida como uma corporação nacional de matriz laica, a qual detinha o monopólio da organização do ensino, do funcionamento dos estabelecimentos por todo o território francês, bem como da concessão dos títulos de estudos (BRAMBILLA, 2009). Na perspectiva de Émile Durkheim (2002, p. 286), tratava-se de uma “ideia corporativa que a revolução quisera abolir sob todas as suas formas que renascia, porém, ampliada, transformada e adaptada às novas condições da existência nacional”. Seu intuito era, em suma, o de consolidar as novas instituições, em especial os liceus, unindo as várias partes da estrutura educacional a fim de estabelecer, de maneira invariável, as relações necessárias para com a administração geral (AULARD, 1911, p. 164).

Em 17 de março de 1808, o governo francês, por meio de decreto, estabeleceu as suas diretrizes organizacionais. Outra medida anunciada posteriormente pelo governo fora a idealização de cinco espécies de faculdades, a saber, de teologia, de direito, de medicina, de ciências matemáticas e físicas e de letras, as quais deveriam ser instaladas nas academias espalhadas pelo território francês. Enquanto as faculdades de direito e de medicina tinham a função de formar profissionais liberais, as faculdades de ciências e de letras preparavam e certificavam os professores para o ensino secundário. Destaca-se, desse modo, que tais instituições não incorporavam a atribuição de desenvolver pesquisas ou inovações científicas, ficando a cargo desta tarefa as escolas especiais, como a Escola Politécnica (1795), o *Collège de France* (1530), os salões e as academias eruditas.

Um dos principais efeitos desta reforma educacional, alcançando também os estabelecimentos particulares, foi a consolidação de uma estrutura hierárquica rígida que regulava as carreiras profissionais desde a contratação até a aposentadoria dos agentes. Em relação às faculdades, exigia-se dos professores o título de doutor, que era obtido após a *licence* e a defesa de duas teses, uma sobre retórica e lógica, a qual deveria ser escrita e apresentada em latim, e a outra sobre literatura antiga (FRANÇA, 1808).

Essas medidas visavam, entre outros aspectos, conter os avanços dos estabelecimentos comunais e privados através do fortalecimento burocrático da máquina pública, bem como da imposição de exigências legais específicas a eles. No entanto, de acordo com Antoine Prost (1968, p. 26), os efeitos foram, em sua essência, artificiais, uma

vez que as instituições particulares negociaram um período de *vacatio legis* com as autoridades e, ao mesmo tempo, propagaram-se pelas vilas onde o ensino público ainda não havia alcançado. A batalha entre a educação pública e a educação privada se prolongou até os anos finais do Império, tendo como desfecho o desgaste do monopólio estatal, que fora convertido em uma espécie de mecanismo de “controle particularmente severo do ensino” (PROST, 1968, p. 26).

O ensino superior no século XX sob uma perspectiva global

Segundo Eric Hobsbawm, de maneira quase tão dramática quanto o declínio e queda do campesinato, e muito mais universal, foi o crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior na segunda metade do século XX. A educação primária universal, isto é, a alfabetização básica, era na verdade a aspiração de todos os governos, tanto assim que no fim da década de 1980 só os Estados mais honestos e desvalidos admitiam ter até metade de sua população analfabeta, e só dez – todos, com exceção do Afeganistão, na África - estavam dispostos a admitir que menos de vinte por cento de sua população sabia ler e escrever (HOBSBAWM, 1995, p. 289-290).

Contudo, se a alfabetização em massa era geral ou não, a demanda de vagas na educação secundária e sobretudo superior multiplicou-se em ritmo extraordinário. E o mesmo se deu com o número de pessoas que a tinham tido ou estavam tendo. A explosão de números foi particularmente dramática na educação universitária, até aí tão incomum que chegava a ser demograficamente negligenciável, a não ser nos Estados Unidos. Segundo Eric Hobsbawm (1995, p. 290), antes da Segunda Guerra Mundial, mesmo a Alemanha, a própria França e a Grã-Bretanha, três dos maiores países, mais desenvolvidos e instruídos, com uma população total de 150 milhões, não tinham juntos mais que aproximadamente 150 mil universitários, um décimo de 1% de suas populações somadas. Contudo, no fim da década de 1980 os estudantes eram contados aos milhões na França, República Federal da Alemanha, Itália, Espanha e União Soviética - considerando apenas o cenário europeu.

O crescimento exponencial da população universitária não era somente um fenômeno recente, consistia num fenômeno súbito. Só na década de 1960 se tornou inegável que os estudantes tinham constituído, social e politicamente, uma força muito mais importante do que jamais haviam sido, pois em 1968 as explosões de radicalismo estudantil em todo o mundo falaram mais alto que as estatísticas. Desse modo, essa massa estudantil

tornou-se impossível de ser ignorada estatisticamente e socialmente. Entre as décadas de 1960 e 1980, o número de estudantes triplicou ou quadruplicou nos países europeus, segundo Hobsbawm (1995, p. 291).

Fato historicamente proporcionado e importante a se considerar é que naquele período econômico, numa escala mundial tornou-se possível para incontáveis famílias modestas – empregados de escritórios e funcionários públicos, lojistas e pequenos comerciantes, fazendeiros e, no Ocidente, até prósperos operários qualificados – pagar estudo em tempo integral para seus filhos. “O Estado de Bem-estar social ocidental, começando com os subsídios americanos para ex-pracinhas após 1945, ofereceu substancial auxílio estudantil de uma forma ou de outra, embora a maioria dos estudantes ainda esperasse uma vida claramente sem luxo” (HOBSBAWM, 1995, p. 292).

As massas de estudantes, professores e intelectuais ligados às universidades, contadas aos milhões ou, pelo menos, centenas de milhares em todos os Estados - a não ser nos muitos pequenos e “excepcionalmente atrasados” -, e concentradas em *campi* ou “cidades universitárias” grandes e muitas vezes isolados, constituíam um novo fator na cultura e na política. Conforme destaca Hobsbawm (1995, p. 292), eram transnacionais, movimentando-se e comunicando ideias e experiências através de fronteiras com facilidade e rapidez. Como revelou a década de 1960, eles constituíam uma força não apenas radical e explosiva, mas singularmente eficaz na expressão nacional, e mesmo internacional, de seu descontentamento político e social.

Considerando toda a contextualização realizada até aqui, faz-se justo falar do principal objeto de foco desta monografia, a saber, a universidade francesa e os movimentos estudantis durante o evento historicamente reconhecido enquanto “Maio de 1968” que impactou profundamente as estruturas universitárias francesas e a relação da sociedade com o sistema de ensino superior e o acesso a ele. Este é o tema da segunda parte deste trabalho.

II. O MAIO DE 1968 SOB O PRISMA DA MOVIMENTAÇÃO ESTUDANTIL: O DESENNOLAR DAS DISPUTAS ORIGINADAS NO CAMPO UNIVERSITÁRIO

Neste capítulo o intuito foi o de cruzar as reflexões trazidas na primeira parte desta monografia com a realidade político-social francesa na segunda metade do século XX. Pensando principalmente o papel dos movimentos estudantis universitários no contexto geral do chamado Maio de 1968, tensionamos os pormenores do movimento contestatório, desde o seu surgimento até parte de seus desdobramentos internos e externos à universidade.

Realidades político-econômicas *versus* universidades

Em 1962, com o fortalecimento do general De Gaulle (que governava a França desde 1959) após o plebiscito que estabeleceu o regime presidencialista, o governo adotara medidas que acabou voltando estudantes e operários contra o governo.

Simultaneamente às lutas operárias e no embalo do descontentamento juvenil, desenvolvia-se na França uma campanha nas cidades universitárias contra o chamado Plano Fouchet: uma tentativa do governo de reforma do ensino superior. O objetivo era adequar o número de estudantes às necessidades da economia, que já não conseguia empregar toda mão de obra formada. Era preciso, portanto, controlar, selecionar e limitar a saída de profissionais das faculdades, uma vez que o mercado não poderia absorvê-los. Segundo Regina Zappa e Ernesto Sotto (2018, p. 114), “em janeiro de 1968, o ministro francês Alain Peyrefitte sintetizara o Plano Fouchet na seguinte frase: ‘há estudantes demais nas universidades’”.

Conforme a filósofa Marilena Chauí (2000), por imposição econômica, que levou ao aumento do tempo de escolarização, a fim de manter boa parte da mão-de-obra fora do mercado, estabilizando salários e empregos, e por imposição das transformações na divisão social do trabalho e no processo de trabalho, que levou à ampliação dos quadros técnico-administrativos, a universidade europeia “se democratizou”, abrindo suas portas para um número crescente de alunos que, anteriormente, teriam completado a escolaridade no liceu. Essa “democratização” acionou um conjunto de contradições que jaziam implícitas e vieram à tona em 1968.

Ainda conforme as reflexões de Chauí (2000, p. 42), em primeiro lugar, a ideologia da igualdade educacional revelou seus limites reais, pois a partir do momento em que a maioria adquiriu a possibilidade de receber os estudos superiores, estes perderam sua função seletiva e se separaram de seu eterno corolário, isto é, a promoção social. Se todos podem cursar a universidade, a sociedade capitalista se vê forçada a repor, por meio de mecanismos administrativos e de mercado, os critérios de seleção. Isso implicou, em segundo lugar, a desvalorização dos diplomas, o aviltamento do trabalho e dos salários dos universitários e, finalmente, o puro e simples desemprego. Em terceiro lugar, e como consequência, a universidade se mostrou incapaz de produzir uma “cultura útil” (não fornecendo, na realidade, nem emprego nem prestígio), incapaz de funcionalidade, tornando-se um peso morto para o Estado, que passou a limitar-lhe recursos.

Para Marilena Chauí (2000, p.45), essa avaliação conduziu a pelo menos três tipos de propostas alternativas. Para alguns, tratava-se de explorar da melhor forma possível a ausência de funcionalidade do ensino superior, aproveitar sua independência com relação ao mercado e criar uma cultura nova que demolisse a divisão do trabalho intelectual e manual. Para outros, tratava-se de levar avante a improdutividade do ensino superior, substituindo a ideia de cultura “útil” pela de cultura “rebelde”. Para muitos, enfim, a universidade, não podendo mais pretender criar o útil e sendo, por definição e essência, incapaz de criar o rebelde, deveria ser destruída para que se desfizesse a própria ideia de universidade, isto é, de “cultura separada”. Ao que tudo indica, nem na França, nem na Alemanha, nem na Itália, nem na Inglaterra, nenhuma dessas propostas-previsões se cumpriu. Certamente, a atual universidade europeia não reproduz exatamente o pré-68 (as autoridades competentes aprenderam a lição), mas nem por isso a universidade acabou. Se não terminou e se, ao contrário, se transformou é porque algum papel lhe foi ainda atribuído pelo capitalismo, cuja lógica de bronze só conserva o que lhe serve (CHAUÍ, 2000, pp. 45-46).

O alvorecer de um levante

Se houve um momento, nos economicamente prósperos anos posteriores a 1945, que correspondeu ao levante mundial simultâneo com que os revolucionários sobravam após 1917, foi sem dúvida 1968, quando os estudantes se rebelaram desde os EUA e o México, no Ocidente, até a Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia, socialistas, em grande parte estimulados pelo que Eric Hobsbawm definiu como a “extraordinária irrupção de Maio de

1968 em Paris, epicentro de um levante estudantil continental”. Segundo o historiador, aquele movimento estava longe de ser a revolução, embora fosse consideravelmente mais que um evento etéreo e acabado em si mesmo. Afinal, 1968 encerrou a era do general De Gaulle na França.

Para Hobsbawm, o motivo pelo qual 1968 – e seus desdobramentos nos anos posteriores – não foi a revolução, e jamais pareceu que seria ou poderia ser, era que “apenas os estudantes, por mais numerosos e mobilizáveis que fossem, não podiam fazê-la sozinhos”. A efetividade política dos estudantes residia em sua capacidade de agir como sinais e detonadores para “grupos maiores”, mas que se inflamavam com menos facilidade. A partir da década de 1960, de certa forma tiveram alguns êxitos nessa atuação. Provocaram enormes ondas de greves operárias na França e na Itália em 1968, mas, após vinte anos de melhoria sem paralelos para os assalariados em economias de pleno emprego, revolução era a última coisa em que as massas proletárias pensavam (HOBSBAWM, 1995, p. 293).

Mesmo descartada a hipótese de uma revolução e sendo inicialmente desvinculada à luta política dos trabalhadores, o movimento contestatório de Maio de 1968 ganhou fôlego e seu estopim pode ser considerado com dados estatísticos daquele período. No fim da Segunda Guerra Mundial havia menos de 100 mil estudantes na França. Em 1960, eram mais de 200 mil e, nos dez anos seguintes, esse número triplicou para 651 mil - durante esses dez anos, o número de estudantes de humanidades multiplicou-se por quase três e meio e o de ciências sociais, por quatro (HOBSBAWM, 1995, p. 295). A consequência mais imediata e direta consistiu numa inevitável tensão entre essa massa de estudantes, em sua maioria de primeira geração, despejada nas universidades e instituições que não estavam física, organizacional e intelectualmente preparadas para tal influxo. Além disso, argumenta Hobsbawm (1995, p. 295),

à medida que uma crescente proporção de população em idade escolar tinha oportunidade de estudar – na França era de 4% em 1950, 15,5% constituía uma recompensa em si, e as limitações que isso impunha a jovens adultos (geralmente sem dinheiro) deixavam-nos mais ressentidos. O ressentimento contra um tipo de autoridade, a universidade, ampliava-se facilmente para o ressentimento contra qualquer autoridade e, portanto (no Ocidente), inclinava os estudantes para a esquerda.

À vista disso, é completamente explicável o fato de que a década de 1960 tenha se tornado, por definição, um período de agitação estudantil. Em síntese, o efeito mais imediato da revolta estudantil no contexto europeu foi a influência de uma onda de greves operárias por maiores salários e melhores condições de trabalho.

Na França, os universitários estavam profundamente descontentes com as propostas e o *modus operandi* do general Charles De Gaulle e seu governo. Insatisfeitos com a superlotação nas universidades e as propostas inaceitáveis de reforma, passaram a fazer exigências para a transformação de padrões morais que para eles já não pareciam mais aceitáveis, mas que as autoridades não via com tanta importância quanto eles próprios, como, por exemplo, a livre circulação de homens e mulheres nas residências estudantis. Os estudantes de Nanterre reivindicavam maior liberdade nos dormitórios, “nos quais não podiam mudar móveis de lugar, cozinhar ou discutir política e onde só era permitida a entrada de estudantes” (ZAPPA, R.; SOTTO, E., 2018, p. 61).

O movimento contestatório estudantil

Se o Maio de 1968 na França pode ter sido um resultado do movimento iniciado com a greve mineira de 1963, seu estopim definitivamente consistiu nos acontecimentos de 22 de março de 1968, em Nanterre, subúrbio industrial onde funcionavam extensões da Universidade de Paris. Nesse dia, estudantes liderados por Daniel Cohn-Bendit (1945-), num protesto contra a prisão de membros do Comitê contra a Guerra do Vietnã, ocuparam a universidade, dando origem ao chamado Movimento 22 de Março. “Os protestos dos estudantes de Paris, no dia seguinte, em solidariedade aos colegas do subúrbio, levaram à ocupação, poucos dias depois, da Universidade de Nanterre” (ZAPPA, R.; SOTTO, E., 2018, p. 116).

Considerada uma das mais progressistas do país, a Universidade de Paris – Nanterre foi criada em 1965, na periferia da capital francesa, para acolher estudantes que não ingressavam no circuito superior tradicional, tal como exemplificamos no primeiro capítulo desta monografia: Sorbonne, Escola Normal, Escola Politécnica. Entretanto, com o passar dos anos, Nanterre tornou-se algo que se pode definir como um centro de contestação.

Por conta do clima de descontentamento geral, os estudantes acreditavam que não bastava mudar apenas o sistema universitário - embora estivessem descontentes com a disciplina rígida, os currículos escolares e a estrutura acadêmica conservadora. Mais do que

isso, esses universitários acreditavam ser necessária uma “mudança estrutural da sociedade” (ZAPPA, R; SOTTO, E, 2018, p. 116).

Em 2 de maio de 1968, simultaneamente em Paris e Nanterre, tinha início o recrudescimento dos protestos estudantis. Conforme afirmam Zappa e Sotto (2018, pp. 116-117), numa manifestação contra o *status quo*, os estudantes montaram as primeiras barricadas nas ruas da capital francesa, onde ocorreriam os confrontos iniciais com a polícia. Em Nanterre, prosseguia a insatisfação em relação às reformas reivindicadas e à ocupação. No mesmo dia em que as primeiras barricadas foram montadas, os estudantes executaram uma manifestação que terminou com o fechamento da universidade pela reitoria. A decisão de fechar Nanterre levou a Sorbonne a acolher os alunos daquela faculdade, que seguiram, então, para Paris. Em 3 de maio, os estudantes ocuparam a Sorbonne – o que pode ser considerado um erro tático por parte do governo, visto que isso levou os protestos de Nanterre para o coração da França, no meio de Paris.

Ainda em 3 de maio de 1968, a polícia acabou por invadir a Sorbonne. A ocupação estudantil provocou uma violenta repressão por parte da polícia, surpreendida pela resistência dos estudantes. Enfurecida com a ação policial, a diretoria da Sorbonne fechou as portas da universidade pela primeira vez em sua história de 700 anos (ZAPPA, R.; SOTTO, E., 2018, p.117). Novas barricadas e incidentes no *Quartier Latin*, o bairro dos intelectuais e dos estudantes em Paris, renderam em torno de 600 estudantes presos e mais de 100 feridos. Tal como asseveram Zappa e Sotto, entre os presos estavam Cohn-Bendit e Jacques Sauvageot (1943-2017), sendo o segundo, líder da União Nacional dos Estudantes (*Union Nationale des Étudiants de France – UNEF*). Os dois, aliados a Alain Geismar (1939-), eram apontados como os principais agentes das manifestações. Geismar teria chegado a convocar uma greve nacional de professores que viria fortalecer o movimento como um todo nos protestos, visto que os estudantes estavam sendo reprimidos com violência cada vez maior pela reserva geral da Polícia Nacional Francesa, a CRS (*Compagnies Républicaines de Sécurité*), ordenada pelo general De Gaulle.

A intensificação das manifestações e seus desdobramentos imediatos

Os estudantes ergueram obstáculos nas ruas centrais de Paris que davam acesso ao *Quartier Latin*, antigo centro universitário da cidade. Em 6 de maio de 1968, ocorria o confronto entre mais de 10 mil jovens e a polícia, que lançava bombas de gás lacrimogêneo

contra as pedras atiradas pelos jovens. As manifestações continuaram nos dias seguintes cerca de 150 carros foram danificados ou incendiados (ZAPPA, R; SOTTO, E, 2018, p. 117). A princípio, o governo francês não lidou imediatamente contra a situação, vindo a reagir apenas posteriormente. A chamada Noite das Barricadas, um dos maiores confrontos registrados, veio a ocorrer em 10 de maio de 1968. A essa altura dos eventos, outros setores da sociedade, tal como sindicalistas, professores, funcionário, jornalheiros, comerciários e bancários, aderiram à causa estudantil.

Na Noite das Barricadas, uma marcha de 50 mil manifestantes, entre estudantes, professores e trabalhadores, marchou em direção à Sorbonne, tomando o *Quartier Latin*. Os manifestantes ergueram mais de vinte barricadas nas saídas da universidade. Os muros foram todos pichados com palavras de ordem que contestavam os valores e a moral ditos burgueses. Já o governo, por seu turno, reagiu com uma forte repressão às manifestações. Segundo Zappa e Sotto (2018, p. 122),

após o intenso confronto, contavam-se 367 feridos graves (dos quais 251 eram policiais), 720 feridos leves e 80 carros incendiados. O confronto não rendeu estatísticas de mortos. Paris se transformara numa cidade rebelada. As pedras e os paralelepípedos viraram o símbolo da revolta estudantil.

Influenciados pelos estudantes, trabalhadores de Paris passaram a realizar protestos, ocupando fábricas e organizando passeatas e greves. Com suas raízes no protesto estudantil contra o autoritarismo e o anacronismo das universidades, o movimento rapidamente transformou-se, “com a adesão dos trabalhadores, numa grande contestação política ao regime gaullista” (ZAPPA, R; SOTTO, E, 2018, p.117-119).

Tal como afirmam Zappa e Sotto (2018, p. 126), num ponto, as insatisfações dos estudantes e dos trabalhadores coincidiam: os dois grupos, que viviam numa França próspera e estável, buscavam “um sentido para a existência e a transformação de seu modo de vida”. O poder da Quinta República havia se concentrado em poucas instituições e o autoritarismo da elite parisiense que dirigia o país era excludente, extremamente hierárquico e opressor. Assim, a autoridade estava sendo questionada e o autoritarismo, por sua vez, combatido.

O arrefecimento dos movimentos e seu impacto social e universitário

Tal como assevera Antoine Prost em um de seus textos em que discute as políticas universitárias – em especial a de 1968, a questão das personalidades exteriores é indissociável da composição dos conselhos e da politização da universidade francesa. A grande crença da maioria é dar o poder a estudantes revolucionários que querem fazer da universidade uma base vermelha para abater a sociedade capitalista. É preciso evitar, portanto, que a liberalização da universidade não conduza sobre uma agitação endêmica, e que uma coalizão de estudantes e de assistentes revolucionários não tome o poder.

Os primeiros projetos eram muito vagos sobre a composição dos conselhos e as modalidades da representação estudantil que remetiam aos status, eventualmente diferentes, dos estabelecimentos. Eles especificavam apenas que a representação dos professores não podia ser inferior à dos estudantes, e na representação docente, a dos professores e mestres de conferência – o equivalente aos professores de segunda classe atuais – inferior a dos outros professores. Era inadmissível para a grande maioria dos professores: até então, eles estavam sozinhos de alguma maneira, mas todos dentro do conselho universitário. Para eles era necessário, doravante, eleger um pequeno número entre eles para fazer parte nos conselhos que constituiriam menos de um quarto dos membros. Apesar das pressões, esta disposição atravessou as discussões e se encontrou no projeto definitivo. No contexto dessa recente inserção, a dupla paridade, entre estudantes e professores, e entre professores magistrados não magistrados, parecia se impor (PROST, 2016).

Segundo Antoine Prost, desde junho de 1968, era claro que, ao mesmo tempo que as antigas estruturas universitárias não poderiam ser reestabelecidas, e que não se podia edificar outras imediatamente. Todo o processo visando reconstruir a universidade foi antes de tudo contestado. Discutir com os sindicatos era possível, mas sua representatividade era duvidosa quanto a apelar aos estudantes e professores mais engajados no movimento, era reconhecer poderes de fato, que a maioria, oriunda das eleições legislativas não podia tolerar. De igual modo, o ministro de então, François-Xavier-Ortoli se contentou de enviar nas faculdades simples observadores que seu sucessor, Edgar Faure, transformou em encarregados de missão (PROST, 1989, P. 68).

Desde o final do mês de maio de 1968, a situação vinha sendo controlada na França, com violenta repressão policial. Em geral, contabilizaram-se milhares de feridos até meados do mês de junho. Neste meio tempo, o general De Gaulle se recuperava e propunha uma “solução eleitoral”. Graças a essa proposta e com o apoio de uma imensa manifestação da

“maioria silenciosa” em defesa da ordem, conseguiu dar início à dispersão do movimento estudantil e à desmobilização dos operários (ZAPPA, R; SOTTO, E, 2018, p. 148).

Uma grande manifestação na *Gare de l'Est* e depois no *Quartier Latin*, após o afogamento de um manifestante que estava fugindo da polícia em Flins, terminou, em 11 de junho de 1968, com 400 feridos, 1500 prisões e 72 barricadas. Nesse mesmo dia, chegava ao fim a greve dos secundaristas. No dia seguinte, o governo decidiria proibir as manifestações em todo o território francês e tornaria ilegais onze grupos revolucionários considerados extremistas.

A escalada de repressão foi tomando corpo com a mesma velocidade da revolta iniciada em maio. Em 14 de junho, a polícia desocupava à força o Teatro Odeon e, no dia 16, a Sorbonne. Finalmente, no dia 18 de junho, mais de 100 mil metalúrgicos retomaram o trabalho, afirmam Zappa e Sotto (2018, pp. 148-149). A reviravolta no movimento viria na sequência: o primeiro turno das eleições legislativas convocadas por De Gaulle para o dia 23 de junho marcou um grande recuo da esquerda e dos comunistas e o avanço dos centristas, que obtiveram maioria. De Gaulle conseguiu, assim, uma significativa vitória, confirmada no segundo turno, no dia 30 de junho de 1968. Dessa maneira, os gaullistas conquistaram noventa e sete cadeiras na nova Assembleia Nacional. A partir de então, o movimento estudantil e grevista refluíu. As grandes instabilidades até ali vividas pelo governo gaullista haviam regredido, mas o general, enfraquecido, com sua força abalada e seus capitais políticos diminuídos se sustentaria no poder somente até o mês de abril de 1969. De Gaulle renunciou à Presidência em 27 de abril de 1969, depois de tê-la ocupado por um período de dez anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Maio de 1968 não pode ser compreendido em um tal grau de generalidade, pois perder-se-ia sua atualidade e sua originalidade (MATOS, 1981, p. 9).

Tal como expusemos desde o início deste trabalho, os acontecimentos que congregam o que hoje é chamado como Maio de 1968 se deram nos mais diversos campos da sociedade, sendo dessa forma, muito mais proveitoso buscar compreendê-lo em seus pormenores, em detrimento de buscar explicações, causas e conseqüências generalizantes sobre o movimento. Aqui, o foco privilegiado foi o de pensar o Maio de 1968 dentro do contexto universitário francês da segunda metade do século XX. Na primeira parte deste trabalho o intuito foi o de se fazer uma contextualização histórica mais geral sobre a constituição e as recorrentes reformas educacionais ocorridas em solo francês desde o Antigo Regime até o presente de 1968. Já na subsequente segunda parte, empreendeu-se uma articulação dos acontecimentos político-sociais do Maio de 1968 e a luta interna no campo universitário francês, pensando as pautas estudantis e fazendo um balanço sobre a questão das políticas universitárias.

Como considerações finais sobre a reflexão bibliográfica que aqui foi construída, evocamos as palavras de Olgária Matos (1981), em *Paris 1968: as barricadas do desejo*, quando dizia que “o Maio de 1968 foi um movimento de contestação ao fenômeno burocrático” e que “a revolta estudantil desencadeou uma crise de autoridade generalizada”.

A autora Olgária Matos afirma que a eclosão internacional de movimentos de contestação no ano de 1968 revelou que o movimento estudantil se caracterizava “revolucionário por sua teoria, por seus impulsos e pelos fins que se propõe; mas ele não pode ser uma força revolucionária se não houver massas capazes e desejosas de mudança” (MATOS, 1981, p. 28). Através do estudo que aqui foi realizado, pôde-se perceber a força do movimento estudantil, ao mesmo tempo em que se mede sua “fraqueza” se comparado aos movimentos trabalhistas e operários vistos outrora durante os séculos XIX e XX na Europa. No panorama internacional, o Maio de 1968 francês se destaca por sua “originalidade”, sendo essencial compreendê-lo no interior da crise da Quinta República, tanto nas esferas política, social e universitária.

Desse modo, através de uma extensa análise histórica da situação universitária francesa, acreditamos que o ponto a se destacar aqui é que grande parte dos estudantes que compunham essa massa em polvorosa eram de jovens recém inseridos na vida adulta, onde

se defrontaram com o poder representado nas figuras da polícia e do Estado. Suas reivindicações gerais eram compostas pelo anseio de uma reforma da universidade e de seu sistema de ensino que fosse mais inclusiva e que lhes desse garantias futuras, não que ela simplesmente reproduzisse as estruturas sociais já consolidadas.

Um ponto a se destacar da revolta estudantil é sua significação “antiautoritária”. Mesmo no plano estritamente universitário, os estudantes se ergueram contra a reforma do chamado plano Fouchet, acabando por questionar o conteúdo e a forma de ensino do plano de reforma e da administração universitária.

Em suma, é possível afirmar que havia anseios por mudanças nas estruturas sociais da época, entretanto, a participação da população por elas afetadas se fazia impreterível conforme os ideais dos estudantes em protesto. Conforme Braga e Bianchi (2008, p. 37), 1968 “trouxe novamente para a política o projeto político igualitarista”.

LEGISLAÇÕES

FRANÇA. **Décret impérial portant organisation de l'Université (17 mars 1808)**. França, 1808. Disponível em: <<http://www.education.gouv.fr/cid101150/decret-portant-organisation-de-l-universite-17-mars-1808.html&xtmc=rapport&xtnp=9&xtr=163>>.

Acesso em: 18 abr. 2019.

_____. **Loi générale sur l'instruction publique du 1er mai 1802 (11 Floréal An X)**.

França, 1802. Disponível em: <<http://www.education.gouv.fr/cid101148/loi-generale-sur-l-instruction-publique-du-1er-mai-1802-11-flore-al-an-x.html>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

_____. **Loi n°68-978 du 12 novembre 1968 d'orientation de l'enseignement supérieur**.

França, 1968. Disponível em:

<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000693185&categorieLien=id> >. Acesso em 06 abr. 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AULARD, Alphonse. **Napoléon 1er et le monopole universitaire**. Paris: Librairie Armand Colin, 1911.
- BENSAID, Daniel; WEBER, Henri. **Mai 1968: une répétition générale**. F. Maspero (Paris). 1968.
- BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. 1968 e depois: os estudantes e a condição proletária. **Outubro Revista**, v. 17, p. 15-40, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Editora Vozes, 2012.
- _____. **Homo Academicus**, Paris, Minuit, 1984.
- _____. **Os Herdeiros: os estudantes e a cultura**. Editora UFSC, 2014.
- BRAMBILLA, Elena. Lycée et Université Impérial: innovations éducatives en France et influence sur l’instruction des élites en Italie (1789-1814). Trad. Lucien Faggion. **Rives Méditerranéennes**, n°32-33, p. 97-119, 2009.
- BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento – I: de Gutenberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CHARLE, Christophe. Pierre Bourdieu, Homo academicus. In: **Annales: Économies, Sociétés, Civilisations**. 41^e année, N. 1, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes Históricas na França: Séculos XIX e XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- DURKHEIM, Émile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
- FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. (Org.). **1968 - 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
- FRIDENSON, P.. La politique universitaire depuis 1968. **Le Mouvement Social**, 233,(4), 47-67. 2010.
- GODECHOT, Jacques. **Les institutions de la France sous la Révolution et l'Empire**. Presses Universitaires de France, 1951.
- GUILHAUMOU, Jacques. Mémoires d’un étudiant en mai 1968: le flux des manifestations et le protagoniste de l’événement. **Le Mouvement Social**, octobre-décembre 2010, p. 165-

181. HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JACQUIN, Jérôme. **L'argumentation de Georges Pompidou face à la crise: Une analyse textuelle des allocutions des 11 et 16 mai 1968**. Editions Universitaires Européenes. 2012.
- LEBLANC, Audrey. L'iconographie de Mai 68: un usage intentionnel du photoreportage noir et blanc ou couleur. L'exemple de Paris Match (mai-juin 1968), in **Sens Public**, 2009.
- MATOS, Olgaria C. F. Paris 1968: as barricadas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MAYEUR, Françoise. **Histoire de l'enseignement et de l'éducation III. 1789-1930**. Paris : Perrin, 2004.
- MBO BILANGA, Ozeme Myrna. **Mai 1968 et ses consequences sur la Faculté de Droit de Paris**. Mémoire de Master. Université Paris I Sorbonne, 2016.
- MÜLLER, A.. 1968: memória dos atores e seus reflexos. **História Oral** (Rio de Janeiro), v. 10, p. 51-64, 2007.
- PROST, Antoine. 1968: mort et naissance de l'université française. In: **Vingtième Siècle**, revue d'histoire. n°23, juillet-septembre 1989. Dossier: Mai 68. pp. 59-70.
- _____. **La loi Edgar Faure: Réformer l'université après 1968**. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2016.
- _____. **L'enseignement en France: 1800-1967**. Paris: Librairie Armand Colin, 1968.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **1968, a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- RINGER, Fritz. **Fields of knowledge: French academic culture in comparative perspective, 1890-1920**. Cambridge: University Press, 1992.
- SAVOIE, Philippe. **La construction de l'enseignement secondaire (1802-1914): aux origines d'un service public**. Lyon: ENS Éditions. 2013.
- SILVA, Helenice Rodrigues da (org.). **Circulação das ideias e reconfiguração dos saberes**. Blumenau: Edifurb, 2014.
- _____. **Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papirus, 2002.
- _____. Maio de 68 na França: inflexões históricas. In: BARBOSA, Cibele. (Org.). **Teoria da história e historiografia: debates pós-68**. Recife-PE: Editora Massangana, 2012.
- SCHWARTZ, Laurent. **Para salvar a Universidade**. São Paulo: EDUSP. 1984.
- VALENCE, David; POU CET, Bruno. **La Loi Edgar Faure: Réformer l'université après 1968**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016.

ZAPPA, Regina; SOTTO, Ernesto. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Humanas
Curso de Especialização em Sociologia Política

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Autora: Jessica Cabral

E-mail: jessicacabral93@gmail.com

Curso: Especialização em Sociologia Política

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza

Título/subtítulo: Maio de 1968 na França: políticas universitárias e movimento estudantil

Tipo de produção intelectual: (X) Monografia de especialização

Declaro, para os devidos fins, que o presente trabalho é de minha autoria e que estou ciente:

- dos Artigos 297 a 299 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940;
- da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, sobre os Direitos Autorais;
- e que plágio consiste na reprodução de obra alheia e submissão da mesma como trabalho próprio ou na inclusão, em trabalho próprio, de ideias, textos, tabelas ou ilustrações (quadros, figuras, gráficos, fotografias, retratos, lâminas, desenhos, organogramas, fluxogramas, plantas, mapas e outros) transcritos de obras de terceiros sem a devida e correta citação da referência.


Assinatura da Autora

Local e Data: Curitiba, 06 de novembro de 2019.